



FICHA TÉCNICA

PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL 2016 – 2020

NÚCLEO EXECUTIVO DO CONSELHO LOCAL DE AÇÃO SOCIAL DE RESENDE:

- Câmara Municipal de Resende
- Instituto de Segurança Social, I.P. – Serviço Local de Resende
- Agrupamento de Escolas de Resende
- Casa do Povo de Resende
- União de Freguesias de Freigil/Miomães

Aprovado pelo Conselho Local de Ação Social de Resende

27 de novembro de 2015

ÍNDICE

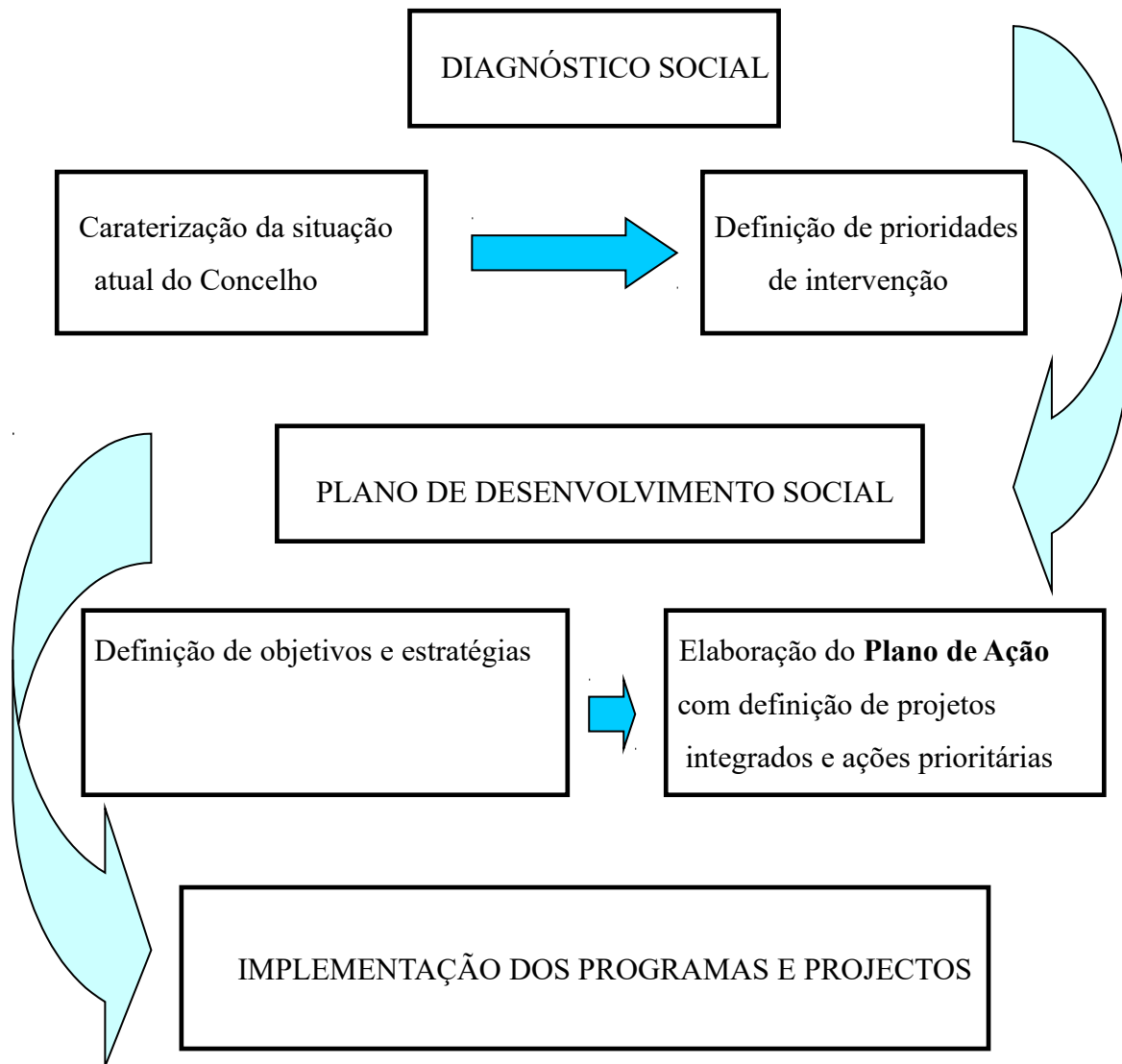
Introdução.....	1
Posicionamento das dimensões –problema de Resende face à NUT Tâmega e Sousa	6
Estrutura do PDS do Concelho de Resende (2016 – 2020)	7
Plano de Desenvolvimento Social Supramunicipal 2015 – 2020 visando as ações concelhias.....	22
Monitorização do Plano de Desenvolvimento Social 2016 – 2020 e Planos de Ação anuais	46
Considerações Finais	49
Bibliografia	51

INTRODUÇÃO:

O programa da Rede Social baseia-se em pressupostos técnicos, organizacionais e institucionais que geram a convergência de interesses, dos procedimentos, dos instrumentos e das opções estratégicas num dado território. Esses pressupostos incluem a integração das respostas e serviços do concelho de Resende no sentido de potenciar a inclusão social. Pretende-se que se congreguem forças e potenciais territoriais com vista à resolução dos problemas identificados no Diagnóstico Social Estratégico de Resende elaborado em março de 2013, com base em informações de agentes locais e nos CENSOS 2011. Embora tenham passado dois anos desde a aprovação deste documento, considera-se que o mesmo se encontra relativamente atualizado, salientando-se o aumento da pobreza. Ao nível das restantes necessidades de intervenção prioritária têm-se realizado algumas ações e atividades que se revestem de um caráter mais pontual e ainda pouco sistemático. Percebe-se ainda a existência de um aumento de emigração e perda de população, mas tal como o aumento da pobreza, não se distancia da realidade nacional. A Carta Educativa elaborada no final de 2013 também permitiu perceber os avanços muito significativos em termos da educação, tanto ao nível da diminuição do abandono escolar ao longo dos anos, como da criação de infraestruturas que permitiram que crianças e jovens tivessem um maior acesso ao ensino pré-escolar e a condições mais igualitárias (instalações dignas, número de crianças por estabelecimento de ensino, serviço de refeições, acesso à biblioteca escolar, etc.).

O Plano de Desenvolvimento Social (adiante denominado PDS) é o instrumento de planeamento da rede social que formaliza o conjunto de opções e prioridades de intervenção para o universo de interventores e atores sociais. Pretende ter efeitos corretivos ao nível da redução da pobreza, desemprego, alcoolismo, etc, mas também efeitos preventivos, gerados através de ações junto da comunidade, nomeadamente através das ações de promoção das competências parentais que trará efeitos transversais e também através do programa “Não Estou Só” no âmbito da problemática do envelhecimento.

Com as atualizações ao Diagnóstico Social, que deverão ser efetuadas nos momentos em que se sentir que a realidade social de um território o justifica, pressupõe que exista um PDS numa perspetiva de planeamento da intervenção, segundo o esquema seguinte (proposto pelo Programa da Rede Social):



Tal como se depreende da análise do esquema, após a elaboração e/ou as atualizações ao Diagnóstico Social Estratégico, com a conseqüente caraterização atual do concelho e definição de prioridades de intervenção, estão criadas as condições para a definição de um Plano de Desenvolvimento Social, sendo que no caso em concreto será entre 2016-2020.

Este Plano deverá traçar o retrato de uma situação desejável, incluindo uma programação das etapas e das estratégias a desenvolver para alcançar essa situação, orientando as respostas às necessidades individuais e coletivas. Neste sentido, deverá vincular as iniciativas de todos os agentes cujas iniciativas visem promover o desenvolvimento económico e social do concelho.

No Diagnóstico Social Estratégico 2013 e após o conhecimento detalhado da realidade social, o Núcleo Executivo da Rede Social realizou uma hierarquização das problemáticas que se revelam mais prioritárias e que devem ser trabalhadas no Plano de Desenvolvimento Social, sempre na perspetiva da rentabilização dos recursos e do trabalho em parceria. Esta hierarquização assentou na utilização da análise SWOT (Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças) e na discussão da dimensão das problemáticas, com as consequentes implicações na vida da comunidade, cruzando-as com os recursos existentes para as colmatar.

Desta forma, podemos dizer que em Resende foram consideradas como problemáticas de intervenção prioritárias:

- ✓ O ENVELHECIMENTO E O DECRÉSCIMO DA POPULAÇÃO;
- ✓ O DESEMPREGO E SUAS CONSEQUÊNCIAS;
- ✓ O ALCOOLISMO E O CONSUMO DE SUBSTÂNCIAS ILÍCITAS;
- ✓ FALTA DE COMPETÊNCIAS PARENTAIS.

Será, então, em torno destas quatro problemáticas que o PDS (2016/2020) se irá centrar. Este PDS converge com o Plano de Desenvolvimento Social Supramunicipal 2020 e com o Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal do Tâmega e Sousa que contém as ações concertadas para os 11 concelhos da Comunidade Intermunicipal do T&S: Amarante, Baião, Castelo de Paiva, Celorico de Basto, Cinfães, Felgueiras, Lousada, Marco de Canaveses, Paços de Ferreira, Penafiel e Resende. Não obstante das discrepâncias territoriais existentes e que demarcam claramente a região do Tâmega e a região do Sousa, o PDS Supramunicipal traduz-se numa mais valia na construção de PDS's concelhios. O PDS atual tem como prioridade o planeamento contínuo, através da análise das necessidades concelhias, regionais e nacionais. Neste sentido convergem também as seguintes prioridades:

- SAÚDE MENTAL;
- POPULAÇÃO EM RISCO/SITUAÇÃO DE POBREZA;
- VIOLÊNCIA DOMÉSTICA;

O PDS e o Diagnóstico Social Estratégico são componentes do mesmo processo, complementando-se. O PDS deve articular-se com o Diagnóstico Social, traduzindo os problemas e as prioridades por este inventariadas, pois é delas que devem decorrer as grandes orientações estratégicas, capazes de responder às necessidades e aos problemas individuais e coletivos detetados, assentes numa tripla preocupação/orientação:

- ↪ Promoção do desenvolvimento económico e social;
- ↪ Prevenção dos riscos de pobreza e de exclusão, de que são alvos sobretudo, os grupos sociais mais desfavorecidos;
- ↪ Atuação sobre as situações mais prementes de pobreza e exclusão social.

Em termos de metodologia, o PDS enquadra as ações prioritárias para o desenvolvimento do território nas áreas do Capital Humano, da Promoção do Emprego e do Desenvolvimento do Capital Inclusivo, onde se encaixam os projetos e ações estruturantes de intervenção nas necessidades.

Deste modo, as propostas do PDS 2016-2020 de Resende não se esgotam nas ações dos parceiros do CLASR, mas sim numa ação concertada com a CIM T&S e com todos os concelhos que a compõe, numa lógica de partilha de recursos mais alargada.

Este documento estrutura-se de acordo com os seguintes aspetos:

Quadro com as dimensões-problemas reportadas e priorizadas pelos onze Municípios e o posicionamento de Resende face à disposição global da NUT Tâmega e Sousa ao nível da sua priorização;

Dimensões – problemas prioritários e as dimensões analíticas definidas em concertação pelos onze concelhos do Tâmega e Sousa em articulação com os projetos estruturantes / estratégias de intervenção localmente priorizados pelos parceiros da Rede Social de Resende;

Plano de Desenvolvimento Social [PDS] 2016 – 2020, em estreita articulação com o Portugal 2020 e o Norte 2020 e outros instrumentos estratégicos, nomeadamente o Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal – PEDI. O PDS 2016 – 2020 pretende ser um contributo para o domínio estratégico do PEDI (DEI.4) que visa reforçar a inclusão social, a qualidade de vida e a coesão territorial.

Monitorização e Avaliação do documento estratégico no período e vigência 2016 – 2020, consubstanciado anualmente pelo Plano de Ação (sendo que o primeiro nesta lógica será efetuado para o ano de 2016), onde neste serão definidas as metas, os indicadores de recurso, de realização e de resultados.

POSICIONAMENTO DAS DIMENSÕES – PROBLEMA DE RESENDE FACE À NUT T&S

Dimensão-problema	Resende	NUT T&S
Desemprego da população adulta em idade ativa (incluindo DLD)		
Desemprego total		
Saúde mental		
Dependências (alcooolismo, toxicodependência,...)		
População em risco/situação de pobreza		
Quebra da natalidade		
Desemprego jovem / NEET (Jovens que não têm emprego, não estão a estudar ou não participam em ações de formação)		
Dinâmica empresarial/empreendedorismo		
Endividamento das famílias		
Emigração		
Violência de género		
Lacunas da oferta de educação-formação existente		
Articulação entre oferta formativa e necessidades do mercado de trabalho		
Crianças e jovens em risco		
Grau de habilitações da população ativa residente		
Envelhecimento/dependência de idosos		
Desagregação familiar/Relações familiares		
Habitação (sobrelotação/incidência de alojamentos não clássicos,...)		
Insucesso escolar		
Pessoas com deficiência		
Lacunas de respostas de apoio social (RSI, Subsídios de desemprego, apoios sociais,...)		
Prestação de cuidados de saúde básicos e especializados		
Abandono escolar		
Crianças e jovens com necessidades educativas especiais		
Criminalidade		
Lacunas das respostas/serviços sociais de proximidade		
Imigração		
Analfabetismo		
Cobertura do ensino pré-escolar		
Desigualdades de género no acesso ao emprego		
Falta de competências parentais		

Escala de classificação dos níveis de prioridade das dimensões-problema (resultado da aplicação da metodologia GUT)

Legenda GUT
+++
++
+
-

ESTRUTURA DO PDS DO CONCELHO DE RESENDE (2016-2020)

Ficou definido que a base do PDS Resende (2016-2020) seria a Matriz do Enquadramento Lógico (MEL). A MEL é de um instrumento de planeamento para organizar ideias, estruturar objetivos, distribuir as responsabilidades/tarefas, estabelecer os canais de circulação da informação. A matriz resume-se a saber o porquê das ações que se pretendem executar, o que se quer alcançar, como se vão obter os resultados, quais os fatores externos importantes para o êxito das ações, através de que se consegue medir o êxito e onde se vão encontrar os dados para a avaliação. É nosso objetivo definir ações que em torno de cada eixo de intervenção prioritária (Envelhecimento e decréscimo da população; Alcoolismo e consumo de outras substâncias ilícitas; Desemprego e suas consequências, Falta de competências parentais, Saúde mental, População em risco/situação de pobreza e Violência doméstica) permitam potenciar o desenvolvimento económico e social do concelho. Desta forma o PDS Resende (2016/2020) será definido em torno de:

Objetivos gerais ou estratégicos

- Trata-se de especificar as grandes intenções das ações.

Objetivos específicos ou operacionais

- São mais descritivos, descreve-se ao pormenor os objetivos gerais. Aqui quantifica-se ou qualifica-se já o que se pretende fazer.

Estratégias

- São as formas de atingir os objetivos e resultam da articulação entre os objetivos definidos e os recursos identificados.

Indicadores

- São elementos observáveis. Devem ser precisos e claros, devem ser formulados de forma a apurar se os objetivos foram ou não atingidos. Basicamente são medidas que permitem determinar o sucesso e validade do projeto.

Estrutura do PDS (2016-2020) concelhio Resende

ALCOOLISMO E CONSUMO DE SUBSTÂNCIAS ILÍCITAS

ENQUADRAMENTO

Em agosto de 2015 existiam sinalizados 221 indivíduos com problemas ligados ao álcool, o que traduz uma taxa de prevalência desta problemática que ronda os 2%. Em termos de respostas, destaca-se a existência da consulta de alcoologia local, a Equipa de Tratamento de Lamego (Centro de Respostas Integradas de Vila Real) e a Unidade de Alcoologia do Norte. Esta problemática foi considerada de relevo, na medida em que os seus efeitos são multiplicadores nas dinâmicas familiares, estando associada muitas vezes às situações de violência doméstica e co-morbilidade psiquiátrica, para além do efeitos na saúde das crianças e jovens portadoras de Síndrome Alcoólica Fetal. A par desta análise, importa ainda referir a longa espera para o tratamento em regime de internamento e as reduzidas respostas ao nível da saúde mental.

Quanto ao consumos de substâncias ilícitas, existem apenas informações de carácter empírico e algumas referentes ao impacto social e na comunidade. Sabe-se que existem jovens e jovens/adultos com consumos destas substâncias mas ainda não existe qualquer diagnóstico formal no sentido do conhecimento desta realidade. Na Equipa de Tratamento de Lamego, os casos de consumo de substâncias ilícitas, provenientes de Resende, em tratamento são bastante residuais, pois raramente este tipo de consumos é percebido como problema.

MATRIZ DE ENQUADRAMENTO LÓGICO

Finalidades	Objetivos gerais ou estratégicos	Objetivos específicos ou operacionais	Estratégias	Indicadores	Calendarização
Fomentar estilos de vida saudáveis na população	Prevenção do consumo do álcool e de outras substâncias psicoativas	Realizar campanhas de sensibilização, de prevenção primária, pelo concelho	Campanhas de sensibilização realizadas em algumas freguesias chave, em parceria com o CRI de Vila Real e as juntas de freguesia	Número de campanhas efetuadas; Tipo de suporte utilizado em cada campanha (outdoors, spot na rádio local, cartaz no ecrã panorâmico, etc.)	2016
		Realizar sensibilização dos trabalhadores das quintas da região do Douro, bem como os empresários locais deste ramo, para a importância de não consumirem álcool durante o horário de trabalho	Reuniões com empresários do ramo da vitivinicultura para a importância de não haver consumos alcoólicos durante o período de trabalho dos trabalhadores das quintas do Douro, em parceria com as juntas de freguesia e o CRI de Vila Real	Número de reuniões efetuadas; Número de empresários que proibem o consumo de álcool durante o horário de trabalho	2016
		Realizar um estudo acerca do padrão de consumo do álcool e de outras substâncias psicoativas nos jovens	Administração de inquérito por questionários aos alunos do 2º e 3º ciclo e secundário e respetivo tratamento estatístico, em parceria com os estabelecimentos de ensino	Número de questionários administrados e respetivo documento do estudo efetuado	2016

Tratamento dos indivíduos com problemas ligados ao álcool	Tratamento dos indivíduos com problemas ligados ao álcool (PLA)	Dar continuidade ao programa “Jovens Promotores de Saúde” no Externato D. Afonso Henriques e alargar a iniciativa à Escola Secundária de Resende	Manter a atividade do grupo de “Jovens Promotores de Saúde”, em parceria com a CMR e com a Liga Portuguesa contra o Cancro e alargar a iniciativa à Escola Secundária de Resende	Número de jovens integrados neste grupo; Número de atividades promovidas pelo grupo	2016-2020
			Candidaturas a Programas de Prevenção de Comportamentos Aditivos e de Promoção da Saúde por parte do Agrupamento de Escolas e do Externato D. Afonso Henriques, em parceria com o Instituto Português do Desporto e Juventude e com o CRI de Vila Real	Número de candidaturas apresentadas	2016-2020
		Manter atualizado o levantamento de número de pessoas com problemas ligados ao álcool, através da sinalização dos médicos de família do Centro de Saúde de Resende, com cruzamento com os dados da equipa de RSI e da CPCJ	Preenchimento e atualização da Base de Dados, criada para o efeito, por parte das técnicas responsáveis pela resposta local de intervenção no alcoolismo	Número de pessoas identificadas como tendo problemas ligados ao álcool	2016-2020
		Manter a equipa de intervenção na alcoologia	Aumentar o número de consultas da equipa de intervenção no alcoolismo, através da equipa multidisciplinar constituída por 3 psicólogas.	Número de consultas Número de doentes com PLA em acompanhamento no Centro de Saúde e respetivos polos de saúde.	2016-2020

	<p>Promover a formação específica, na área do alcoolismo, dos profissionais que integram a equipa de intervenção na alcoologia</p>	<p>Dotar os técnicos da equipa de intervenção no alcoolismo de conhecimentos específicos na área do tratamento do alcoolismo, bem como possibilitar a realizar de um estágio de observação na Unidade de Alcoologia do Norte</p>	<p>Ações de formação e estágio de observação frequentados pelos técnicos da equipa de intervenção no alcoolismo, promovidas pela Unidade de Alcoologia do Norte</p>	<p>Número de horas de formação Número de horas do estágio de observação Número de técnicos que receberam formação</p>	<p>2016</p>
	<p>Promover situações de intervenção grupal com indivíduos com PLA, que favoreça a adesão ao tratamento</p>	<p>Criação de um grupo de auto ajuda para indivíduos com PLA</p>	<p>Grupo de auto ajuda dinamizado por técnicos do CAPPa com formação adequada.</p>	<p>Número de sessões do grupo de auto ajuda Número de indivíduos que frequentam o grupo de auto ajuda</p>	<p>2016-2020</p>
	<p>Promover o internamento de doentes alcoólicos graves, nos serviços do CRI de Vila Real</p>	<p>Estabelecer as condições em que o CRI de Vila Real pode aceitar o internamento de doentes alcoólicos com antecedentes de várias tentativas de tratamento em ambulatório</p>	<p>Estabelecer protocolo entre o Centro de Saúde de Resende, o ACES do Baixo Tâmega e o CRI de Vila Real no sentido de garantir o internamento destes doentes</p>	<p>Número de doentes a frequentar as consultas na Equipa de Tratamento de Lamego</p>	<p>2016-2020</p>
	<p>Promover o transporte dos doentes em acompanhamento para os internamentos de desabituação alcoólica</p>	<p>Protocolar com uma entidade concelhia o transporte dos doentes alcoólicos para os internamentos de desabituação alcoólica</p>	<p>Providenciar o transporte dos doentes alcoólicos, estabelecendo uma parceria entre ACES do Baixo Tâmega, o CRI de Vila Real e a CMR</p>	<p>Número de doentes transportados para os internamentos de desabituação alcoólica.</p>	<p>2016</p>

COMPETÊNCIAS PARENTAIS

ENQUADRAMENTO

A parentalidade é fundamental para a satisfação das necessidades básicas da criança e para a sua adaptação/integração social. Portanto, pode dizer-se que o objetivo geral da educação parental é a evolução e desenvolvimento das capacidades do ser humano.

As competências parentais consistem numa adequada definição de regras e limites, na transmissão de valores e no exercício da disciplina parental. Daí que o trabalho/promoção daquelas seja de extrema importância para o desenvolvimento infantil e juvenil e para uma geração de adultos saudáveis.

No geral tem sido notório o aumento das problemáticas associadas às carências das competências parentais, tendo os relatórios anuais da Comissão Nacional de Proteção das Crianças e Jovens em Risco traduzido essa situação. Confirma-se não só o aumento do volume processual relativo às crianças e jovens em perigo, mas também o aumento dos casos de negligência parental.

Resende não foge à regra e os registos existentes, seja na CPCJ, seja nas escolas, seja na segurança social, também destacam a negligência e a falta de supervisão e de acompanhamento familiar como uma das problemáticas com maior impacto no desenvolvimento infantil.

MATRIZ DO ENQUADRAMENTO LÓGICO

Finalidades	Objetivos gerais ou estratégicos	Objetivos específicos ou operacionais	Estratégias	Indicadores	Calendarização
Redução do número de crianças e jovens em perigo	Capacitar para o exercício da parentalidade	Promover a aquisição de competências que favoreçam o exercício saudável da parentalidade	Desenvolvimento de ações de sensibilização/formação e informação para pais, sobre questões associadas à parentalidade, em colaboração com todas as entidades locais vocacionadas para a intervenção social	N.º de ações desenvolvidas N.º de beneficiários Observação direta, pré e pós intervenção	2016-2020
Empoderamento dos cidadãos	Reduzir a incidência de crianças e jovens em perigo	Criar, junto das equipas que intervêm nos agregados com crianças e jovens, a noção da importância de sensibilizar as famílias para a importância de garantirem às suas crianças e jovens as condições mais favoráveis ao seu desenvolvimento	Capacitar as equipas técnicas que operam nesta área, através de formação contínua	Número de grupos criados; Número de pais envolvidos Número de ações	2016-2020
		Criar grupos de formação em educação parental direcionada para os beneficiários de RSI, encarregados de educação das escolas concelhias, pais de crianças e jovens acompanhados pela CPCJ	Criação de grupos de pais (o nº será definido pela equipa dinamizadora), nos quais se trabalharão temáticas sobre a educação parental, realizados pela equipa de RSI, em parceria com a CPCJ e com a equipa do Gabinete de Apoio à Família e ao Aluno	Número de pais envolvidos Número de ações realizadas Número de pais e encarregados de educação presentes na ações	2016-2020

		<p>Apoiar os alunos e as famílias do Agrupamento de Escolas, através da equipa do TEIP (Território Educativo de Intervenção Prioritária) e do Externato D. Afonso Henriques</p>	<p>Manter as ações concretizadas pelo Gabinete de apoio ao aluno e à família (GAAF) ao nível do apoio à família, bem como as ações em curso no Externato D. Afonso Henriques</p>	<p>Número de pais e encarregados de educação que participam nas ações Número de sessões realizadas</p>	<p>2016-2020</p>
		<p>Criar um espaço de debate, em formato "tertúlia", no qual se abordem as várias temáticas relacionadas com a parentalidade</p>	<p>Promover ações de debate e sensibilização direcionadas a pais e encarregados de educação do CER/EB2, alargando também ao CESMM, realizadas pelas associações de pais do CER/EB 2 e do CESMM</p>	<p>Número de pais e encarregados de educação que participam nas ações Número de sessões realizadas</p>	<p>2016-2020</p>
		<p>Colaborar com as associações de pais para que incentivem os pais e encarregados de educação a ter uma participação mais ativa na vida escolar dos seus filhos</p>	<p>Dinamizar de forma ativa as associações de pais</p>	<p>Número de sessões de dinamização realizadas com as associações de pais</p>	<p>2016-2020</p>
		<p>Formar grávidas inscritas no Centro de Saúde e Extensões, que frequentam as consultas de saúde materna sobre a importância dos cuidados de saúde, de higiene, dos cuidados afetivos, da amamentação, etc.</p>	<p>Projeto “O meu bebé” a desenvolver por equipas multidisciplinares criadas para o efeito em parceria com as entidades locais.</p>	<p>Número de mães que participam nas ações</p>	<p>2017</p>

EMPREGO, EMPREENDEDORISMO E FORMAÇÃO

ENQUADRAMENTO

Sendo o emprego e a formação um dos fatores de relevo na prevenção da pobreza e da exclusão social, merece destaque na definição das políticas públicas.

À semelhança do território nacional também Resende apresenta taxas de desemprego elevadas. A preocupação acentua-se quando verificamos que mesmo o emprego existente se reveste muitas vezes de alguma precariedade e de baixas remunerações. Nos últimos anos, a diminuição dos rendimentos das famílias tem gerado uma quebra significativa do poder de compra, que se reflete numa menor procura de bens e de serviços, o que consequentemente poderá aumentar o risco de pobreza e exclusão. Este risco encontra-se ainda reforçado pelo reduzido nível de escolaridade e mesmo pela iliteracia que caracteriza alguma da população escolarizada.

MATRIZ DE ENQUADRAMENTO LÓGICO

Finalidades	Objetivos gerais ou estratégicos	Objetivos específicos ou operacionais	Estratégias	Indicadores	Calendarização
Promover a empregabilidade	Promover a empregabilidade	Dinamizar a economia local, através da rentabilização dos recursos existentes	Criação de um gabinete de apoio rural. Implementar uma feira mensal de produtos rurais. Criação de uma associação de produtores agrícolas.	Número de beneficiários abrangidos com a implementação das ações Criação de um gabinete de apoio rural. Número de feiras de produtos rurais realizadas Criação de uma associação de produtores agrícolas.	2016-2020
		Capacitar os cidadãos de competências profissionalizantes e/ou facilitadoras da integração profissional	Continuar com a implementação dos cursos de certificação de competências, em colaboração com o CQEP Continuar com a implementação dos cursos de formação profissional em colaboração com o Centro de Formação de Vila Real.	Número de cursos implementados Número de formandos que beneficiam dos cursos	2016-2020
			Estimular o empreendedorismo jovem, através de atividades ligadas aos desportos de natureza (percursos BTT, pedestres e touring cultural), valorizando os recursos endógenos	Número de atividades desenvolvidas e número de participantes nas mesmas	2017-2020

			Estimular atividades e criação de postos de trabalho na área do turismo	Número de postos de trabalho criados na área do turismo em novos projetos nesta área	2017-2020
			Dinamização do mercado municipal	Número de ações promovidas no sentido de aumentar as vendas no mercado municipal	2016-2020

ENVELHECIMENTO ATIVO E INCLUSIVO

ENQUADRAMENTO

O envelhecimento reveste-se de particular importância na sociedade atual, principalmente, pelo impacto que produz nos diferentes domínios da vida individual e coletiva, representando já um risco para o próprio equilíbrio da sociedade, sendo por isso cada vez mais difícil ignorá-lo. O facto de existirem hoje mais idosos do que no passado, quer como proporção da população total, quer em termos absolutos, exige uma diferente ponderação dos problemas que os afetam, uma vez que as alterações demográficas daí resultantes têm consequências nos diferentes domínios da vida coletiva, principalmente ao nível económico, social, da saúde, cultural, etc.

O aumento da esperança média de vida associado à grande dependência da maioria dos idosos e à falta de retaguarda familiar protetora/adequada têm contribuído para o entendimento do envelhecimento como um problema. Problema este que tem vindo a acentuar-se nos últimos anos e que exige uma intervenção urgente por parte das estruturas de apoio existentes.

De acordo com os dados dos últimos Censos tem-se verificado no concelho de Resende uma acentuada diminuição da população infantil e um grande aumento da população idosa, tendo esta ultrapassado em número a primeira, o que significa que a pirâmide etária sofreu uma inversão. Representando a população idosa deste concelho quase um quarto da população total, é urgente tomar consciência das suas características especiais, por forma a manter a sua integração na comunidade da qual fazem parte e a melhorar a sua qualidade de vida.

A problemática do envelhecimento adquire ainda particular importância no concelho de Resende pelo facto deste concelho apresentar características, normalmente associadas à interioridade (ruralidade, dispersão populacional, vias de comunicação deficitárias, baixa taxa de atividade, insuficiência de infra-estruturas de apoio social, etc.), que reforçam ainda mais os problemas do envelhecimento populacional. Importa assim criar apoios que garantam uma maior qualidade de vida para esta população.

MATRIZ DE ENQUADRAMENTO LÓGICO

Finalidades	Objetivos gerais ou estratégicos	Objetivos específicos ou operacionais	Estratégias	Indicadores	Calendarização
Potenciar o acesso a valências específicas da terceira idade	Melhorar a qualidade de vida da população idosa	Redução do número de idosos em lista de espera nas valências das várias IPSS's com a colaboração das mesmas (Santa Casa da Misericórdia, Casa do Povo de Resende e Irmandade S. Francisco Xavier)	Alargamento das valências em IPSS's (lar de grandes dependentes no Centro de Noite de S. Romão)	Aumento das vagas nas valências existentes Redução do número de idosos em lista de espera	2016-2020
		Promover o acompanhamento dos idosos sem retaguarda e facilitar o acesso dos mesmos aos serviços	Dar continuidade à implementação do programa "Não Estou Só", através da manutenção da equipa de apoio/acompanhamento existente na Câmara Municipal de Resende e da criação de outra na Casa do Povo de Resende	Manutenção da equipa existente Criação de uma nova equipa	2016-2020
		Promover o envelhecimento ativo e a integração social da população idosa	Dar continuidade à implementação do programa "Dar Vida aos Anos", da Câmara Municipal de Resende	Número de atividades executadas no âmbito do programa	2016-2020

		Prevenir doenças musculoesqueléticas e promover a saúde e o bem estar físico e psicológico dos séniores	Manter o programa "Termalismo Sénior" com a parceria da Companhia das Águas de Caldas de Arêgos e da Câmara Municipal de Resende	Número de aquisições de séniores a participarem no programa	2016-2020
--	--	---------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------	-----------

PDS Supramunicipal (2015-2020) visando as
ações concelhias
Resende

CAPITAL HUMANO

Dimensão-Problema: Abandono Escolar Precoce no Ensino Secundário

Evidências dos constrangimentos	Objetivos estratégicos	Soluções estratégicas: projetos, ações/intervenções, atividades	Parceiros	Âncora	PDS Supra	Resende
Taxas brutas de escolarização no ensino secundário abaixo dos 100% em alguns concelhos (Baião, Cinfães, Lousada, Marco de Canaveses, Paços de Ferreira, Penafiel e Resende, segundo dados de 2011-2012)	Apostar no combate ao abandono escolar precoce, no nível secundário de ensino	Implementação de um mecanismo integrado de orientação vocacional (a partir do <i>mainstreaming</i> horizontal de experiências de sucesso (p.e., Projeto DICAS) ¹)	Grupo de trabalho Educação-Formação CQEP, Psicólogos e técnicos de psicologia das escolas básicas e secundárias		X	
		Operacionalização dos cursos de dupla certificação de nível secundário identificados no Plano Diretor da Oferta Formativa	Grupo de trabalho Educação-Formação Operadores de Educação - Formação			
		Operacionalização de apoios à ação social escolar através dos mecanismos de financiamento previstos nos FEEI	Operadores de Educação - Formação			I
Proporção da população residente com idade entre 20 e 24 anos de idade sem ensino secundário completo – 50,37% (dados INE para a NUTS Tâmega – 15 municípios) [PT= 60,80%]	Capacitar o sistema de atores e as organizações	Criação da figura de “Aluno Tutor / Conselheiro” para apoiar alunos em risco de abandono escolar e promover o sucesso educativo	Operadores de Educação – Formação		X	
		Rede para o Sucesso Educativo: projeto educativo intermunicipal de prevenção do abandono e promoção do sucesso educativo, que vise:	Psicólogos Regionais Autarquias Grupo de trabalho Educação- Formação Operadores de Educação – Formação Entidades com competências para intervir com as famílias (CPCJ, Misericórdias, IPSS,...) Redes Sociais	X	X	I
		> Apoiar o funcionamento de equipas multidisciplinares dedicadas ao combate ao abandono e insucesso escolar e à promoção do prosseguimento de estudos;				
		> Capacitar os professores através da partilha de experiências;				
		> Sensibilizar a comunidade para a importância da escola;				
- Promover a participação dos pais na vida escolar/accompanhamento parental.						

Dimensão-problema: Insucesso escolar						
Evidências dos constrangimentos	Objetivos estratégicos	Soluções estratégicas: projetos, ações/intervenções, atividades	Parceiros	Âncora	PDS Supra	Resende
Taxas de retenção e desistência no 3.º ciclo do Ensino Básico em 2011/2012: 14,51% [NUT Tâmega (15 municípios) = 15,3%; PT= 15,6%] Taxas de retenção e desistência no Ensino Secundário em 2011/2012: 16,07% (cálculo a partir das estatística da DGEEC) [PT= 20,01%] Desempenho mediano dos alunos das Escolas da Região nos concursos de acesso ao Ensino Superior	Reforçar as intervenções orientadas à melhoria do sucesso educativo dos alunos	Operacionalização de apoios a alunos com necessidades educativas especiais através dos mecanismos de financiamento previstos nos FEEI	Operadores de Educação - Formação		X	
		Operacionalização da oferta de ensino recorrente (regime noturno) como estratégia de recuperação de jovens e adultos que abandonaram o sistema de educação-formação sem concluir o nível secundário de ensino.	Operadores de Educação - Formação			
	Capacitar o sistema de atores e as organizações	Conceção e implementação do Modelo de formação (objetivos, conteúdos e práticas de formação) destinado aos técnicos da “Rede para o Sucesso Educativo” (desenvolvimento de práticas colaborativas e partilha de experiências orientadas para a melhoria dos modelos pedagógicos dos professores,...).	Equipa de Psicólogos Regionais Grupo de trabalho Educação-Formação Operadores de Educação - Formação		X	

Dimensão-problema: Baixos níveis de escolarização da população em idade ativa

Evidências dos constrangimentos	Objetivos estratégicos	Soluções estratégicas: projetos, ações/intervenções, atividades	Parceiros	Âncora	PDS Supra	Resende
Proporção da população com 15-64 anos que possui apenas 1.º ciclo do EB ou não tem nenhum nível de escolaridade completo – 35,70% (dados INE para a NUTS Tâmega – 15 municípios) [PT= 24,58%]	Promover estratégias de qualificação da população adulta com baixas qualificações	Operacionalização de cursos de dupla certificação para adultos empregados e desempregados com baixas qualificações, privilegiando as áreas identificadas no Plano Diretor da Oferta Formativa	IEFP, CQEP, Operadores de Educação-Formação, Grupo de trabalho Educação-Formação, Empresas			I
		Projeto de alfabetização de desempregados [em articulação com Envelhecimento Ativo/secção Capital Inclusivo]	Escolas, IEFP, Voluntários		X	
	Promover o investimento da qualificação da população adulta empregada em áreas técnicas especializadas	Protocolo com Empresas para a regulamentação e promoção de incentivos ao encaminhamento de trabalhadores/ desempregados para formação profissional, privilegiando a formação técnica especializada nas fileiras-chave e de acordo com as necessidades da empresa.	Grupo de trabalho Educação-Formação/ IEFP Conselho Empresarial T&S Empresários	X		I

Dimensão-problema: Baixa proporção da população com habilitações equivalentes ao Ensino Superior

Evidências dos constrangimentos	Objetivos estratégicos	Soluções estratégicas: projetos, ações/intervenções, atividades	Parceiros	Âncora	PDS Supra	Resende
Taxa de escolarização no ensino superior (alunos com idade entre 18 e 22 anos) - 5,8% (dados INE para a NUTS Tâmega – 15 municípios) [PT= 32,2%]	Promover a continuidade das trajetórias académicas do Ensino Secundário para o Ensino Superior	Plano de Comunicação para a Valorização do Ensino Superior incluindo (i) divulgação de modalidades de acesso menos conhecidas (TeSP de nível 5, Maiores de 23; frequência de unidades curriculares isoladas,...) e (ii) divulgação de medidas de apoio à contratação de diplomados.	Instituições de Ensino Superior, Operadores de Educação – Formação, Autarquias	X		
Proporção da população residente com ensino superior completo – 6,7% (dados INE para a NUTS Tâmega – 15 municípios) [PT= 15,11%]	Promover o investimento da população adulta empregada em áreas técnicas especializadas	Protocolo entre Instituições de ensino superior e empresas, com vista à realização de formação superior especializada (à medida) e como medida de incentivo à contratação de pessoal especializado.	Instituições de Ensino Superior Empresas	X		
Proporção da população empregada com ensino superior – 11,6% (dados INE para a NUTS Tâmega – 15 municípios) [PT= 25,75%]		Mobilização de empresários representantes das várias fileiras-chave para a discussão da proposta do Plano Diretor da Oferta Formativa.	Grupo de trabalho Educação-Formação Conselho Empresarial T&S Empresas	X		

Dimensão-problema: Articulação da oferta de educação-formação existente

Evidências dos constrangimentos	Objetivos estratégicos	Soluções estratégicas: projetos, ações/intervenções, atividades	Parceiros	Âncora	PDS Supra	Resende
Sobreposição da oferta entre operadores na Região (aprofundado na componente específica do PAPE relativa à análise da oferta formativa)	Implementar/ melhorar os mecanismos de informação e orientação vocacional	Plano de Marketing das Profissões com vista a potenciar a valorização social de profissões/fileiras-chave do T&S	Grupo de trabalho Educação-Formação Operadores de Educação-Formação Autarquias Conselho Empresarial T&S Empresas	X		
		Sistema de informação da oferta formativa e ofertas de emprego, que sirva de suporte às atividades de orientação vocacional e à definição do Plano Diretor da Oferta Formativa ²	A definir pelo Comité de Pilotagem	X		
Fragilidades na articulação entre os mecanismos regionais e centrais de planeamento da oferta	Melhorar a capacidade de planeamento e funcionamento da rede da oferta de formação	Diagnóstico de necessidades de formação regional (condição de suporte para a elaboração do Plano Diretor da Oferta Formativa)	A definir pelo Comité de Pilotagem	X		
		Plano Diretor da Oferta Formativa e contratualização das suas diretrizes com os operadores regionais	A definir pelo Comité de Pilotagem	X		
Desfasamento entre ofertas de emprego e mão-de-obra disponível						

EMPREGO**Dimensão-problema: Desemprego**

Evidências dos constrangimentos	Objetivos estratégicos	Soluções estratégicas: projetos, ações/intervenções, atividades	Parceiros	Âncora	PDS Supra	Resende
<p>Taxa de desemprego em 2012 – 18,10% (Dados CIM, fonte IIEFP; dados para o Tâmega e Sousa)</p> <p>Taxa de desemprego em Janeiro de 2014 - 15,39% (Dados do IIEFP – número de desempregados / dados do INE de 2011 – população ativa * 100) (dados para o Tâmega e Sousa) [PT= 13,33%]</p> <p>Em alguns concelhos do Tâmega a taxa de desemprego ascende a mais de 20%.</p>	Reforçar a capacidade das estruturas e mecanismos de apoio ao emprego	Organização da Feira do Emprego do T&S, focada na promoção dos recursos endógenos e do potencial de criação de emprego associado	Grupo de trabalho Educação-Formação	X	X	
			Operadores de Educação-Formação, IIEFP/GIP			
	Apoiar estratégias orientadas para a reintegração dos ativos desempregados no mercado de trabalho	Criação de um Modelo de Estágios destinados a DLD de níveis etários elevados, alicerçado nas fileiras-chave do T&S	IIEFP/GIP Associações empresariais	X		
		Promoção da divulgação e elaboração de candidaturas a Programas de Incentivos às empresas para a contratação de DLD (Apoios a encargos salariais e não salariais)	IIEFP/GIP, Empresas Outros (a definir)			
		Promoção da divulgação e elaboração de candidaturas para o desenvolvimento de ações de formação modular certificada dirigida a adultos desempregados (medida “Vida ativa”)	IIEFP Comissões para a Qualificação Operadores de Educação-Formação		X	

Dimensão-problema: Desemprego

Evidências dos constrangimentos	Objetivos estratégicos	Soluções estratégicas: projetos, ações/intervenções, atividades	Parceiros	Âncora	PDS Supra	Resende
(cont.)	Apoiar estratégias de criação de emprego	Criação da Rede Regional de Mentores para o aconselhamento de apoio à criação do próprio emprego (via mobilização de voluntários sénior para aconselhamento sobre criação de negócios).	Voluntários séniores IEFP/GIP ADL e outros atores relevantes Entidades da Economia Social.	X	X	
		Programa de apoio ao empreendedorismo feminino: promoção de ações de tutoria, consultoria e assistência técnica disponibilizadas a mulheres que pretendem criar o próprio emprego.	Associações Empresariais Comerciais e Industriais, Entidades da Economia Social.			I

Dimensão-problema: Desemprego jovem

Evidências dos constrangimentos	Objetivos estratégicos	Soluções estratégicas: projetos, ações/intervenções, atividades	Parceiros	Âncora	PDS Supra	Resende
Taxa de desemprego jovem em Janeiro de 2014 - 22,88% (Dados do IEFP – número de desempregados com menos de 25 anos / dados do INE de 2011 – população ativa entre 15 e 24 anos * 100) (dados para o Tâmega e Sousa) [PT= 20,38%]	Melhorar as condições de acesso ao mercado de trabalho por parte dos jovens	Promoção da divulgação e elaboração de candidaturas a medidas de apoio à inserção profissional de jovens (Vida ativa, Estágios Emprego, estágios do INOV Contacto e Programa de Incentivos para a contratação de jovens), alicerçadas nas fileiras chave do T&S.	IEFP/GIP, Grupo de trabalho Educação- Formação, Associações empresariais, Autarquias	X	X	
		Estágio Premium - sistema de premiação do mérito escolar com estágios em empresas de qualidade reconhecida	IEFP/GIP Operadores de Educação - Formação Empresas	X	X	I
	Estimular o empreendedorismo jovem	Concurso de projetos educativos: projetos para a promoção da autonomia e da criatividade	Grupo de trabalho Educação- Formação Operadores de Educação-Formação		X	I
	Capacitar o sistema de atores e as organizações	Criação de uma oficina de formação de professores centrada na reflexão acerca das experiências de “educação para o empreendedorismo” (em marcha em algumas escolas dos concelhos da CIM) com vista a debater boas práticas;	Grupo de trabalho Educação- Formação Operadores de Educação-Formação			I

		Protocolo com o IPP (ou outra Instituição de Ensino Superior) para a promoção de um Curso de Especialização Tecnológica sobre empreendedorismo dirigido aos técnicos que intervêm no apoio à criação de emprego.	IES Grupo de trabalho Educação- Formação/ IEFP		X	
--	--	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------	--	---	--

CAPITAL INCLUSIVO

Dimensão-Problema: Saúde mental e dependências						
Evidências dos constrangimentos	Objetivos estratégicos	Soluções estratégicas: projetos, ações/intervenções, atividades	Parceiros	Âncora	PDS Supra	Resende
<p>Dimensão-problema priorizada pelo Grupo de Trabalho “Redes Sociais”</p> <p>Ausência de informação de referência para a intervenção</p> <p>Ausência de profissionais especializados e equipas multidisciplinares</p> <p>Forte estigma social associado à saúde mental</p>	Sinalizar os casos de Saúde Mental	Diagnóstico supra concelhio (ventilado por patologias específicas)	Municípios FNERDM DGS		X	
	Sensibilizar e combater o estigma social associado à doença mental	Evento de Partilha de experiências e debate público sobre Saúde mental no T&S (âmbito de iniciativas públicas para debate da Saúde mental abertas às populações).	Municípios FNERDM DGS ACES		X	
		Mente aberta - Mude a sua atitude face à doença mental (trabalho nas escolas) Programa de sensibilização nas escolas (Semana da saúde mental)	Redes sociais Municípios FNERDM DGS ACES Escolas		X	I
		Desenvolvimento de “toolkits” anti-estigma e outros recursos (campanhas de marketing social; Manuais e Recursos; Publicações, Vídeos e Conferências; Jogo de Mitos e realidades; jogos de gestão do stress)	SCML, IPSS, grupos terapêuticos, clínicas DGS FNERDM, ACES			

Dimensão-Problema: Saúde mental e dependências						
Evidências dos constrangimentos	Objetivos estratégicos	Soluções estratégicas: projetos, ações/intervenções, atividades	Parceiros	Âncora	PDS Supra	Resende
(cont.)	Criar respostas ao nível da Saúde Mental que permitam assegurar o acesso a serviços de saúde mental de qualidade	Community Mental Health Teams (Coaching funcional) criação de grupos terapêuticos e grupos de inter-ajuda (IPSS)	Redes sociais IPSS, grupos terapêuticos, clínicas		X	I
		Criação de grupos de trabalho intersectoriais, no seio das Redes Sociais (setores saúde, social, da justiça, da educação e do emprego) para a implementação de programas inovadores que permitam integrar a saúde mental nas restantes respostas das Redes.	Redes sociais		X	I
		Criação de respostas direcionadas à inserção socioprofissional das pessoas com doença mental: (i) Unidade sócio ocupacional (ii) Equipa de apoio domiciliário	DGS Autarquias ACES		X	I
	Capacitar o sistema de atores e as organizações que operam no âmbito da Saúde mental	Formação às famílias /cuidadores como estratégia de melhoria da qualidade do apoio ao doente	DGS FNERDM ACES Redes Sociais		X	I
		Criação de uma <i>task force</i> (grupo de trabalho) interdisciplinar intersectorial (emprego, saúde, juventude, educação) para intervenção estruturante no TS.	DGS FNERDM ACES Redes Sociais CIM TS		X	

Dimensão-Problema: Saúde mental e dependências						
Evidências dos constrangimentos	Objetivos estratégicos	Soluções estratégicas: projetos, ações/intervenções, atividades	Parceiros	Âncora	PDS Supra	Resende
(cont.)	Sinalizar casos, ventilados por problemas específicos- Dependências (alcoholismo, toxicodependência,...)	Aplicação informática para gestão de casos e processos das equipas da Rede Social (e.g. Social Code)	DGS FNERDM ACES Redes Sociais Autarquias		X	I
	Criar respostas para as dependências	Criar Comunidades Terapêuticas locais	DGS IDT ACES Redes Sociais Autarquias			I

Dimensão – Problema: População em risco/situação de pobreza						
Evidências dos constrangimentos	Objetivos estratégicos	Soluções estratégicas: projetos, ações/intervenções, atividades	Parceiros	Âncora	PDS Supra	Resende
<p>Dimensão-problema priorizada pelo Grupo de Trabalho “Redes Sociais”.</p> <p>Na base de indicadores em anexo é possível selecionar alguns indicadores considerados mais relevantes para estabelecer baselines desta dimensão-problema.</p>	Dinamizar apoios locais de combate à privação económica e exclusão social	Evento de partilha de experiências e disseminação de boas práticas para o acolhimento intermunicipal de intervenções concelhias consideradas de efeito estruturante e inovador	Redes sociais Centros Distritais da Segurança Social Autarquias Plataforma Supraconcelhia IPSS's		X	
		Preparação de candidaturas no domínio da aquisição de competências básicas - Ações de formação visam a aquisição, por parte dos adultos, de competências básicas	Autarquias IPSS's ONG's Associações diversas (...)			
	Estimular a inovação e experimentação social	Inclusão social através da cultura: (1) Iniciativas de promoção da inclusão social por via da cultura (através da dinamização de práticas artísticas por e para grupos desfavorecidos); (2) Dinamização de projetos integrados de base cultural de desenvolvimento local (potenciar a experiência do teatro de oprimido, entre outras experiências).	Autarquias IPSS's ONG's Associações de desenvolvimento cultural Rota do românico (...)			I

Dimensão – Problema: População em risco/situação de pobreza						
Evidências dos constrangimentos	Objetivos estratégicos	Soluções estratégicas: projetos, ações/intervenções, atividades	Parceiros	Âncora	PDS Supra	Resende
(cont.)	Dinamizar intervenções de Inclusão Ativa com vista à empregabilidade	<p>Adesão a estratégias de Emprego Apoiado:</p> <ul style="list-style-type: none"> > Apoios na comparticipação nas despesas de remodelação e/ou adaptação de espaços físicos e/ou aquisição de equipamentos para Centros de Emprego Protegido (a criar); > Comparticipação na retribuição dos trabalhadores com deficiência e nas contribuições para a segurança social pagas pelo empregador; > Contrato de emprego apoiado (apoios a entidades empregadoras para a integração em postos de trabalho na sua organização produtiva ou de prestação de serviços, de pessoas com deficiência, através nomeadamente da comparticipação na respetiva retribuição e nas contribuições para a segurança social. 	Autarquias, IPSS's, ONG's, IEFP, (...)			I
		<p>Apoio à inserção e colocação no mercado de trabalho:</p> <ul style="list-style-type: none"> > Apoios à realização de estágios (formação prática em contexto laboral), por pessoas com deficiências desempregadas ou à procura de primeiro emprego. > Apoio a ações que se dirigem a empregadores (comparticipação financeira por pessoa abrangida, bem como um subsídio por colocação. > Acompanhamento pós colocação no sentido de facilitar a sua adaptação às funções a desenvolver e a sua integração no ambiente sócio laboral da empresa. > Apoios aos custos de adaptação do equipamento ou do posto de trabalho às dificuldades funcionais do trabalhador contratado, bem como os custos da eliminação de obstáculos físicos ou barreiras arquitetónicas. 	Autarquias, IPSS's, ONG's, IEFP, (...)			

Dimensão – Problema: População em risco/situação de pobreza						
Evidências dos constrangimentos	Objetivos estratégicos	Soluções estratégicas: projetos, ações/intervenções, atividades	Parceiros	Âncora	PDS Supra	Resende
(cont.)	Dinamizar intervenções de Inclusão Ativa com vista à empregabilidade (cont.)	Subsídio a produtos de apoio (ajudas técnicas): concessão de um apoio financeiro às pessoas com deficiências e incapacidade para a aquisição, adaptação ou reparação de produtos, dispositivos, equipamentos ou sistemas técnicos de produção especializada ou disponíveis no mercado destinados a prevenir, compensar, atenuar ou neutralizar limitações na atividade ou ao nível do acesso e frequência de ações da formação e da obtenção, manutenção e progressão no emprego.	Autarquias, IPSS's, ONG's, IEFP, (...)		X	
	Cooperação supra regional	Construção do Diagnóstico supra concelhio e modelo de articulação dos Planos de Desenvolvimento social e respetivos Planos de Ação concelhios do TS	Redes Sociais Plataforma Supraconcelhia	X	X	
		Promoção de projetos de cariz inovador e experimental, de âmbito nacional ou suprarregional, na perspetiva de soluções eficazes e sustentáveis de promoção de inclusão ativa, podendo para o efeito mobilizar parcerias transnacionais, na perspetiva da troca de experiências e de <i>know-how</i> .	Centro Distrital da Seg. Social, Redes Sociais, Centro Distrital da Seg. Social		X	

Dimensão – Problema: População em risco/situação de pobreza								
Evidências dos constrangimentos	Objetivos estratégicos	Soluções estratégicas: projetos, ações/intervenções, atividades	Parceiros	Âncora	PDS Supra	Resende		
(cont.)	Capacitar o sistema de atores e as organizações - Redes Sociais	Formação-ação baseada em métodos participativos e instrumentos estratégicos focados na qualidade dos serviços e sustentabilidade das organizações			Autarquias Redes Sociais		X	
		Workshops integrados para técnicos das redes sociais (nas áreas onde os níveis de competência são mais baixos e onde a necessidade e importância para a Redes Sociais se faz sentir- cf., Exercício de capacitação- (“animação de parcerias”; “construção de planos de ação eficazes”; “monitorização estratégica e avaliação de projetos”; “construção de indicadores”; “metodologias participativas”; “métodos e técnicas de planeamento”; “elaboração de candidaturas a programas cofinanciados”; “gestão de conflitos”; “negociação”,...)			Autarquias Redes Sociais ISS, I.P.	X	X	I
		Aplicação informática para gestão de casos e processos das equipas da Rede Social (e.g, Social Code)			Autarquias Redes sociais		X	

Dimensão – Problema: Envelhecimento						
Evidências dos constrangimentos	Objetivos estratégicos	Soluções estratégicas: projetos, ações/intervenções, atividades	Parceiros	Âncora	PDS Supra	Resende
Índice de envelhecimento em 2011 – 81,5 (dados do INE para a NUTS Tâmega – 15 municípios) [PT=127,8%] Índice de envelhecimento em 2012 – 86,5 (estimativa do INE para a NUTS Tâmega – 15 municípios) [PT=131,1%]	Aumentar a permanência na vida ativa de adultos seniores (Envelhecimento ativo)	Criação da figura de guias turísticos seniores “Cicerone sénior no turismo local	Autarquias Rota do românico		X	
		Agenda cultural móvel itinerante: Universidade sénior com base em voluntariado sénior destinado ao contacto e qualificação das populações sem qualificações académicas.	Universidades sénior, Autarquias		X	
		Dinamização de práticas de Envelhecimento ativo no âmbito das Universidades sénior: projeto intermunicipal para estimular frequência das universidades seniores por parte de um público mais diversificado do ponto de vista da escolaridade base.	Universidade sénior		X	I
		Projeto intermunicipal de empreendedorismo social 60+ (mudança de carreira ou desenvolvimento do voluntariado entre os aposentados).	Autarquias CIM		X	I

Dimensão – Problema: Dependência dos idosos						
Evidências dos constrangimentos	Objetivos estratégicos	Soluções estratégicas: projetos, ações/intervenções, atividades	Parceiros	Âncora	PDS Supra	Resende
Índice de dependência de idosos em 2011 – 20,5 (dados do INE para a NUTS Tâmega –municípios) [PT=28,8%]	Reduzir os níveis de dependência dos idosos	Banco de ajudas, alicerçado em plataforma intermunicipal para rentabilizar recursos	Autarquias, ISS, I.P.		X	
Índice de dependência de idosos em 2012 – 20,3 (estimativa do INE para a NUTS Tâmega –municípios) [PT=29,40%]		Suporte ao doente em casa / na comunidade através do uso de tecnologias (Desenvolvimento de serviços hospitalares à distância - telemonitorização e acompanhamento do doente)				I

Dimensão – Problema: Fragilidades na dinâmica da Economia Social e urgência de desenvolvimento da mesma							
Evidências dos constrangimentos	Objetivos estratégicos	Soluções estratégicas: projetos, ações/intervenções, atividades	Parceiros	Âncora	PDS Supra	Resende	
Ausência de medidas de promoção da economia social nos PDS e PA das Redes Sociais	Melhorar a capacidade e qualidade de resposta das organizações da economia social	Protocolo regional para o empreendedorismo social	Entidades da economia social		X		
		Formação-ação das organizações da economia social baseada em métodos participativos e instrumentos estratégicos focados na qualidade dos serviços e sustentabilidade das organizações	Entidades da economia social		X		
		Promover um Fórum sobre Empreendedorismo Social a partir de casos de sucesso em curso no âmbito da intervenção das Redes Sociais (aprendizagem coletiva de exemplos de start-up)	Redes sociais		X		
		Formação sobre conceitos chave no âmbito da economia social e uso de instrumentos financeiros	Redes Sociais Plataforma Supraconcelhia IPSSs		X	I	
	Apoiar a instalação de projetos de empreendedorismo social	Divulgação do potencial de apropriação pelas diversas entidades públicas e privadas (sectores do calçado e têxtil, onde se verifica maior urgência em intervenções de responsabilidade social – mobilizando associações profissionais e divulgar bons exemplos existentes na indústria)	Conselho Nacional para a Economia Social CIM CETS Associações empresariais (...)		X	X	
		Criação de selos/certificação de responsabilidade social em empresas como fator de competitividade empresarial e económica.	Conselho Nacional para a Economia Social; CIM; CETS; Associações empresariais(...)		X	X	

Dimensão – Problema: Fragilidades na dinâmica da Economia Social e urgência de desenvolvimento da mesma						
Evidências dos constrangimentos	Objetivos estratégicos	Soluções estratégicas: projetos, ações/intervenções, atividades	Parceiros	Âncora	PDS Supra	Resende
(cont.)	(cont.)	Plataforma intermunicipal em formato gabinete para capacitar empresários da economia social. Preparação e negociação de formação pós graduada em Economia Social (modelo universidade na empresa).	Conselho Nacional Para a Economia Social CETS Associações empresariais Universidade Católica Porto		X	

Dimensão – Problema: Diagnóstico Violência doméstica						
Evidências dos constrangimentos	Objetivos estratégicos	Soluções estratégicas: projetos, ações/intervenções, atividades	Parceiros	Âncora	PDS Supra	Resemde
Dimensão-problema priorizada pelo Grupo de Trabalho “Redes Sociais”. Na base de indicadores em anexo é possível selecionar alguns indicadores considerados mais relevantes para estabelecer baselines desta dimensão-problema.	Sinalizar e diagnosticar os casos de violência doméstica	Elaborar um trabalho de sinalização e, com base em sistema de informação (Social Code) que permita registrar os casos sinalizados e cruzada entre entidades da rede social e interconcelhio.	Redes sociais APAV Autarquias Forças de Segurança		X	
		Diagnóstico dos fatores motivadores da violência doméstica (evidências das característica dos agressores- escolaridade, situação perante o trabalho, saúde mental, ...)	Redes sociais APAV Autarquias ACES		X	

Dimensão – Problema: Diagnóstico Violência doméstica							
Evidências dos constrangimentos	Objetivos estratégicos	Soluções estratégicas: projetos, ações/intervenções, atividades	Parceiros	Âncora	PDS Supra	Resende	
<p>Dimensão-problema priorizada pelo Grupo de Trabalho “Redes Sociais”.</p> <p>Na base de indicadores em anexo é possível selecionar alguns indicadores considerados mais relevantes para estabelecer baselines desta dimensão-problema.</p>	Apoiar as vítimas de violência doméstica	Rede de IPSS supraconcelhia que possibilite soluções de emergência (rede de parceria entre instituições)	Autarquias APAV Redes Sociais IPSS's		X		
		Evento de partilha de experiências e disseminação de boas práticas para o acolhimento intermunicipal de intervenções concelhias consideradas de efeito estruturante e inovador.	Autarquias APAV Redes Sociais IPSS's		X		
	Prevenir a violência doméstica	Ações de qualificação dos agressores	Autarquias APAV Redes Sociais IPSS's				
		Constituição de resposta de intervenção integrada com agressores	Autarquias APAV Redes Sociais IPSS's				
		Ações de sensibilização (sociodrama) baseadas no elemento de violência de género na juventude (p.e., violência no namoro).	Autarquias APAV Redes Sociais IPSS's				

Dimensão – Problema: Diagnóstico Violência doméstica						
Evidências dos constrangimentos	Objetivos estratégicos	Soluções estratégicas: projetos, ações/intervenções, atividades	Parceiros	Âncora	PDS Supra	Resende
(cont.)	Sinalização integrada (interconcelhia) dos jovens e crianças em risco	Aquisição de aplicação informática para gestão de casos e processos das equipas da Rede Social (e.g., Social Code)	Autarquias CPCJ		X	
	Capacitar o sistema de atores e das organizações que operam no âmbito da violência doméstica	Formação/sensibilização dos vários agentes: Forças policiais, técnicos da área social e da área da saúde.	Autarquias Autoridades			
		Criação de gabinete de apoio às famílias para potenciar a intervenção familiar e parental numa perspetiva sistémica. Assegurar a mediação familiar para as questões da conflitualidade parental.	CPJC Redes sociais Autarquias			
		Formação das Entidades com competência em matéria de infância e juventude de forma a intensificar a intervenção ao nível da 1.ª linha na prevenção dos maus tratos na infância.	CPJC Redes sociais Autarquias Agrupamentos escolares IPSS's			

MONITORIZAÇÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL 2016 – 2020 E PLANOS DE AÇÃO ANUAIS

As vantagens da monitorização e avaliação são reconhecidas, nomeadamente em organizações internacionais, que têm feito destas metodologias importantes ferramentas ao serviço dos programas que desenvolvem e da avaliação de resultados, com reflexos na melhoria das estratégias implementadas. “ A monitorização pode ser definida como uma função contínua que serve primeiramente para fornecer aos gestores e principais stakeholders ao longo de uma intervenção continuada, indicações de progresso ou da falta deste, na concretização de resultados. Uma intervenção continuada pode ser um projeto, programa ou outra forma de suportar um resultado” (UNDP, 2002: p. 6).

Quando, por exemplo, nos reportamos à monitorização de resultados, significa que se trata de um processo contínuo e sistemático de recolha e análise de dados para medir a performance das intervenções, em termos da concretização de resultados, a nível nacional ou a outras escalas territoriais. Neste caso é de relevar a periodicidade como critério importante, até para que as mudanças possam ser percebidas ao longo do tempo. A recolha e acumulação de informação e a sua monitorização regular numa base temporal suportada na fixação de prazos, desejavelmente não superiores a um ano, permite comparar a “situação atual” com a “situação de partida” e periodicamente assegurar a avaliação de resultados. O procedimento e acompanhamento associado à monitorização, tem a vantagem de permitir, por um lado, a deteção de desvios ou oscilações relativamente a situações anteriores e, por outro, identificar a evolução já alcançada face aos resultados finais pretendidos ou expectáveis.

Suportada em procedimentos que incluem a seleção, recolha, armazenamento, tratamento e análise da informação, a monitorização pressupõe a atualização regular e contínua, capaz de garantir o funcionamento de um sistema que sirva de suporte à avaliação de resultados e apoio ao nível da decisão. Mais concretamente, a implementação de um sistema de monitorização social de base concelhia tem vantagens reconhecidas de que podem destacar-se :

- ❖ O diagnóstico atualizado e adequado à realidade social local e suas áreas-chave;
- ❖ Acompanhamento das dinâmicas locais na evolução de determinados fenómenos;
- ❖ Comparação da realidade local com outros âmbitos territoriais;
- ❖ Suporte a um planeamento mais realista e eficaz, que permita a definição do conjunto das ações e medidas a desenvolver para uma melhoria das condições de bem-estar social;
- ❖ Apoio à decisão política, possibilitando a fixação de objetivos e de resultados a atingir e o acompanhamento da sua implementação;
- ❖ Suporte a um debate amplo entre atores locais e agentes urbanos envolvidos na mobilização de recursos e criação de respostas sociais locais.

A avaliação do PDS 2016 – 2020 e dos diversos planos de ação anuais que o materializará será efetuada de modo continuado, *on going*, tendo, contudo, períodos específicos de monitorização, concretamente anuais. Em suma, esta metodologia de avaliação possibilitará reconhecer os desvios e os obstáculos no desenvolvimento das ações e atividades previstas e estabelecer, de modo participado, novas estratégias para o seu alcance ou para a sua reformulação e, por outro lado, reconhecer as potencialidades de trabalho em rede e as boas práticas fundamentadas em torno do comprometimento dos parceiros na concretização efetiva das ações e atividades do PDS e dos Plano de Ação Anuais.

Dado que o PDS 2016 – 2020 integra ações supramunicipais, a avaliação terá que ser efetuada a dois patamares, o patamar supraconcelhio no âmbito da Agenda da Empregabilidade do Tâmega e Sousa, conjuntamente com as dez Redes Sociais concelhias e a nível concelhio pelo Núcleo Executivo e pelos grupos de trabalho dos diversos projetos estruturantes com o objetivo de avaliar a eficácia do planeamento estratégico operacionalizado junto da comunidade e as mudanças produzidas pelo mesmo. Os resultados da monitorização / avaliação serão apresentados e discutidos

em CLAS por forma a serem validados.

Em resumo, a avaliação e a monitorização são processos que têm vindo a ganhar importância na prática da intervenção social, pois permitem de uma forma pedagógica (através de contributos variados visando melhorar o que necessita ser corrigido, ou extraindo e evidenciando lições e ensinamentos), a obtenção de melhores resultados. Encontra-se aqui subjacente a preocupação com a qualidade, conceito que deve nortear a atuação dos agentes no desenvolvimento social de forma a corresponder às expectativas ou necessidades dos destinatários dos projetos e, paralelamente, do desenvolvimento territorial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

São inúmeras as dificuldades sentidas pelos diversos parceiros da Rede Social em encontrar respostas assertivas, sustentáveis e operacionalizáveis em prol de uma comunidade mais saudável e com uma qualidade de vida pautada por valores positivos. Estas situações refletem-se na atuação e resposta às situações do território. Assim sendo, e conscientes desta dificuldade, o principal papel dos parceiros da Rede Social passa pelo estabelecimento de parcerias estratégicas entre as diversas instituições que operam no terreno, assim como a nível supramunicipal, e com estruturas de parceria implementadas.

O PDS 2016 – 2020 de Resende materializa um trabalho articulado dos onze municípios que compõem o território do Tâmega e Sousa com o trabalho que é desenvolvido ao nível do Conselho Local de Ação Social de Resende.

Cabe aos diversos parceiros mobilizar parcerias estratégicas proativas e dar respostas à comunidade e agir preventivamente, sendo este tipo de metodologias de trabalho as que permitem o alcance dos objetivos preestabelecidos. Assim sendo, a grande proposta operativa para a Rede Social passa pelo fortalecimento da parceria e real trabalho em conjunto de modo a que os recursos sejam rentabilizados de modo eficiente e que os resultados alcançados evidenciem a eficácia das ações através da promoção de alterações de comportamentos e de ciclos de vivências instauradas.

O trabalho em parceria pressupõe uma articulação direta e contínua entre os diversos parceiros. Este estabelecimento de parcerias tem obrigatoriamente de ter sempre na sua base as seguintes questões: a falta de recursos das instituições, as dificuldades da comunidade, as situações de desemprego e os multiproblemas etc. O caminho passa obrigatoriamente por este trabalho em parceria como forma de resposta eficaz aos problemas da comunidade e como modo de colmatar as colateralidades da situação do país que tem repercussões graves nas nossas comunidades, principalmente nas que se encontram mais expostas à vulnerabilidade social. Em suma, dadas as dificuldades de ação institucional individual, e mesmo uni territorial, e à multiplicidade de intervenções necessárias num

trabalho sistémico e estrategicamente planeado o enfoque deverá passar pelas parcerias estratégicas entre os diversos interlocutores sociais e com a própria comunidade e cidadãos. Nesta conjuntura foram sinalizadas e priorizadas as principais problemáticas do território ao nível supra e ao nível municipal, bem como identificados projetos e ações em rede que têm como fundamento a promoção do desenvolvimento económico e a coesão social e territorial.

Um instrumento de apoio ao desenvolvimento dos projetos e ações definidas neste documento estratégico será, naturalmente, o recurso aos Programas de Financiamentos comunitários que integram o Portugal 2020 (PO Norte, POCH e POISE).

O PDS será operacionalizado através de diversos planos de ação anuais que serão documentos mais descritivos em termos operativos (metas, recursos, processos) e de responsabilidades/compromissos das entidades parceiras na operacionalização de diversas atividades em prol do alcance dos desafios / missões preestabelecidos.

BIBLIOGRAFIA

- Agenda para a Empregabilidade do Tâmega e Sousa, PEDI;
- Agenda para a Empregabilidade do Tâmega e Sousa, Plano de Desenvolvimento Social Supraconcelhio;
- Conselho Local de Ação Social de Amarante, Plano de Desenvolvimento Social de Amarante 2015 – 2020;
- Conselho Local de Ação Social de Cinfães, Plano de Desenvolvimento Social de Cinfães 2015 – 2020;
- Conselho Local de Ação Social de Resende, Diagnóstico Social Estratégico de Resende, 2013;
- Conselho Municipal de Educação de Resende, Carta Educativa de Resende, 2013;
- ROCHA, Maria Eugénia, A construção de indicadores e a monitorização social: uma análise a partir do Pré-Diagnóstico da Rede Social do Porto, Câmara Municipal do Porto, Gabinete de Estudos e Planeamento.